



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

**SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**Relatório da Comissão de Licitação**

Curitiba, 25 de setembro de 2015.

**Assunto: Análise do memorando SPP 83/2015 acerca da documentação de habilitação técnica das empresas licitantes, participantes da Concorrência Pública CP n. 1/2015 - Construção da Vara do Trabalho de Palmas.**

Prezados licitantes,

1. Por intermédio do despacho 398/2015, da Secretaria de Licitações e Contratos (SLC), exarado pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitações (CPL), servidor Daniel Ferreira de Souza, submeteram-se à apreciação da Secretaria de Engenharia e Arquitetura (SEA) os documentos de habilitação - *qualificação técnica* - apresentados pelas empresas participantes da Concorrência Pública CP n. 1/2015, que trata da obra de construção do imóvel da Vara do Trabalho de Palmas (fls. 689 a 1123), bem como foi solicitada análise quanto ao registrado na Ata da Sessão pelo representante da empresa Construtora Sudoeste Ltda. (fls. 1126).

2. Consta do edital da CP n. 1/2015 o item 6.1.4 (qualificação técnica):

*"6.1 Para habilitar-se a participar da presente licitação, os interessados deverão protocolizar o envelope n. 1 contendo os seguintes documentos, devidamente atualizados, em originais ou cópias autenticadas ou publicação em órgão de imprensa oficial:*

*(...)*

**6.1.4 Qualificação Técnica:**

*I) Prova de inscrição junto ao CREA/CAU da Pessoa Jurídica e dos profissionais que compõem o quadro de responsáveis técnicos da empresa.*

*II) Deverá constar no registro da empresa no CREA/CAU, no mínimo, um responsável técnico engenheiro civil ou arquiteto;*

*III) Apresentação de no mínimo 01 (um) atestado/certidão/declaração fornecido por Pessoas Jurídicas de Direito público ou privado, devidamente registrado no CREA/CAU, que comprove ter a empresa, para cada uma das especialidades abaixo, realizado obras com complexidade tecnológica operacional equivalente ou superior, para fins comerciais ou de serviços, sem qualquer informação que a desabone, e com os seguintes parâmetros:*

*a) OBRAS CIVIS: de área igual ou superior a 250,00 m².*

*b) INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM BAIXA TENSÃO: em imóvel de área igual ou superior a 250,00 m²;*

*c) INSTALAÇÕES LÓGICAS de cabeamento estruturado, com no mínimo 30 pontos.*

*IV) Apresentação de no mínimo 01 (uma) certidão de acervo técnico emitido pelo CREA/CAU que comprove terem os responsáveis técnicos da empresa realizado obras com complexidade tecnológica operacional equivalente ou superior, para fins comerciais ou de serviços, com os seguintes parâmetros:*

1  
Am.



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

a) OBRAS CIVIS;

b) INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM BAIXA TENSÃO;

c) INSTALAÇÕES DE CABEAMENTO DE LÓGICA.

V) O vínculo dos profissionais acima poderá ser comprovado mediante:

a) Carteira de trabalho (CTPS), comprovando o vínculo empregatício do profissional com a licitante na data da licitação;

b) Contrato Social ou outro documento legal, devidamente registrado na Junta Comercial, no caso de ser sócio proprietário da empresa licitante; ou

c) Contrato de prestação de serviços firmado com a empresa licitante.

*Nota: Os profissionais indicados pelos licitantes para fins de comprovação da qualificação técnica deverão atuar como responsáveis técnicos pelos serviços objeto da presente licitação, admitindo-se a substituição dos mesmos somente por outros que detenham as mesmas qualificações aqui exigidas e por motivos relevantes justificáveis pelo proponente, sob prévia avaliação do TRT da 9ª Região.*

VI) DECLARAÇÃO, assinada por RESPONSÁVEL da empresa (conforme modelo constante no Anexo VII), comprovando que conhece as condições inerentes à execução da obra objeto da contratação.

a) Caso a licitante opte por conhecer o local onde será realizada a obra, a visita poderá ser efetuada até o último dia útil anterior à data prevista para a realização da presente Concorrência.

b) O agendamento da vistoria deverá ser efetuado junto à Secretaria de Engenharia e Arquitetura deste Tribunal, por meio do telefone (41) 3310 7764." (negritei)

3. O Serviço de Projetos e Planejamento (SPP), unidade integrante da SEA, expediu o memorando 83/2015, por meio do qual se manifestou especificamente sobre os documentos de habilitação que cada uma das empresas licitantes apresentou. Esclareceu, ainda, questionamento da empresa Construtora Sudoeste a respeito dos critérios da habilitação técnica. Consignou que a habilitação da empresa não considera apenas a Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida em nome da licitante, mas exige que os serviços executados acervados estejam sob responsabilidade de profissional habilitado para a execução dos mesmos, sob pena de ser necessária a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional habilitado para a validação do documento.

4. Foram destacados os incisos III e IV do subitem 6.1.4, que versam, respectivamente, sobre qualificação técnica-operacional e qualificação técnica-profissional, cujos conteúdos ensejam uma reflexão mais aprofundada dessa comissão de licitação.

5. Na sessão de abertura, ocorrida em 24.8.2015, às 15 horas, verificou-se o envio tempestivo dos envelopes-habilitação e das respectivas propostas das empresas (i) Construtora Vale Oeste Ltda.-EPP, (ii) EMPREMAC Serviços e Obras Ltda., (iii) PGC Engenharia de Obras-EPP, (iv) BC Construtora Ltda.-EPP, (v) Construtora Saimor Ltda., (vi) Construtora Dinâmica Ltda.-EPP, (vii) Tallento Construtora de Obras Ltda. e (viii) Construtora Sudoeste.

6. Inicialmente, entendemos oportuna a distinção do que vem a ser qualificação técnica-operacional e qualificação técnica-profissional. Para tanto, reproduzimos abaixo trechos do Acórdão n. 2014/2011-Plenário do Tribunal de Contas da União (TCU), que é esclarecedor quanto ao papel da qualificação técnica operacional da empresa licitante:

"- José dos Santos Carvalho Filho (Manual de Direito Administrativo, 16ª edição):

'Depois, temos a capacidade técnica, que é o meio de verificar-se a aptidão profissional e operacional do licitante para a execução do que vier a ser contratado, e pode ser genérica,



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

específica e operativa. A primeira diz respeito à inscrição no órgão de classe (CREA, por exemplo); a segunda serve para comprovar que o candidato já prestou serviços idênticos a terceiros; e, a terceira, para comprovar que a estrutura da empresa é compatível com o vulto e a complexidade do objeto do contrato.'

(...) Observe-se que a lei exige a prova da capacidade técnica operativa da pessoa jurídica participante, e não dos profissionais que compõem seu quadro, como dispõe o art. 30, § 1º, I, do Estatuto. Por isso, os atestados devem ser expedidos em seu nome.' (...)

- Jessé Torres Pereira Júnior (Comentários à Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública, 5ª edição):

(...) A qualificação técnica da pessoa jurídica resulta do seu conjunto de recursos organizacionais e humanos. Tanto que o inciso II do art. 30 cuida, em sua primeira parte, de elementos organizacionais, deixando para a segunda parte a referência ao pessoal técnico. Este, sem estrutura empresarial apta a produzir os insumos e apoios, na medida e no tempo certos, não logra execução adequada. Por conseguinte, o edital pode e deve estabelecer as exigências, por meio de atestados, que sejam suficientes para que a Comissão Julgadora verifique se cada licitante dispõe daquele conjunto de recursos, sob pena de inabilitação.'

(...)

31. Assim, a comprovação de experiência anterior na execução de prestações semelhantes integra conceito cuja validade a lei, a doutrina e a jurisprudência reconhecem na definição do que seja qualificação técnica.

32. Resulta em exigências que se voltam para a efetiva condição prática de desempenhar satisfatoriamente o objeto licitado, o que envolve questões indeterminadas ou imprecisas, possibilitando alguma margem de discricionariedade para a Administração." (grifos nossos)

7. Também sobre o tópico, discorre o Professor Marçal Justen Filho:

"7.2) Capacitação técnica profissional e operacional (§ 1º, incs. I e II)

O pensamento jurídico brasileiro, muito antes da vigência da Lei nº 8.666, acatava distinção entre duas facetas da 'experiência anterior'. Reputava-se que o conceito tanto indicava a experiência empresarial quanto aquela dos profissionais legalmente habilitados para a atividade da engenharia.

A conjugação dos esforços permanentes e a interiorização de valores comuns produz organizações estáveis, cuja existência transcende os indivíduos que a integram. Vale transcrever trecho de Asquini, a propósito de empresa. Afirmou que 'O empresário e os seus colaboradores dirigentes, funcionários operários, que são de fato, simplesmente, uma pluralidade de pessoas ligadas entre si por uma soma de relações individuais de trabalho, com fim individual; mas formam um núcleo social organizado, em função de um fim econômico comum, no qual se fundem os fins individuais do empresário e dos singulares colaboradores: a obtenção do melhor resultado econômico na produção'.

O desempenho profissional e permanente da atividade empresarial conduz ao desenvolvimento de atributos próprios da empresa. Um deles seria sua capacidade de executar satisfatoriamente encargos complexos e difíceis. Utiliza-se a expressão 'capacitação técnica operacional' para indicar essa modalidade de experiência, relacionada com a idéia de empresa. Não se trata de haver executado individualmente uma certa atividade, produzida pela atuação pessoal de um único sujeito. Indica-se a execução de um objeto que pressupõe a conjugação de diferentes fatores econômicos e de uma pluralidade (maior ou menor) de pessoas físicas (e, mesmo, jurídicas). O objeto executado revestia-se de complexidade de ordem a impedir que sua execução se fizesse através da atuação de um sujeito isolado. Portanto, não se tratou de experiência pessoal, individual, profissional. Exigiu-se do sujeito a habilidade de agrupar pessoas, bens e recursos, imprimindo a esse conjunto a organização necessária ao desempenho satisfatório. Assim, a experiência seria das pessoas físicas – mas não dessas pessoas individualmente. Esse conjunto de pessoas físicas enfrentou desafios e problemas e os resolveu através da conjugação de seus esforços comuns. Cada uma das pessoas físicas, isoladamente, contribuiu com uma parcela para o êxito conjunto. Portanto, a perspectiva de enfrentar problemas no futuro e continuar a superá-los pressupõe a manutenção dessa organização.

A qualificação técnica operacional consiste em qualidade pertinente às empresas que participam da licitação. Envolve a comprovação de que a empresa, como unidade jurídica e econômica, participara anteriormente de contrato cujo objeto era similar ao previsto para a contratação almejada pela Administração Pública.

Por outro lado, utiliza-se a expressão 'qualificação técnica profissional' para indicar a existência, nos quadros (permanentes) de uma empresa, de profissionais em cujo acervo

<sup>1</sup> "Perfis da Empresa", trad. De Fábio Konder Comparato, Revista de Direito Mercantil 104/122

*Am.*



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

*técnico constasse a responsabilidade pela execução de obra similar àquela pretendida pela Administração. A questão da qualificação técnica profissional somente pode ser compreendida em face de obras e serviços de engenharia. É que a legislação que regula a profissão subordina a realização de qualquer obra ou serviço de engenharia a um controle específico em face dos órgãos de classe (CREA). Esse controle envolve a participação e a responsabilidade técnica de um profissional (pessoa física) regularmente inscrito em face do CREA. Veja-se que o profissional que é indicado como 'responsável técnico' não é, na quase totalidade dos casos, parte da relação jurídica contratual. A obra ou serviço de engenharia é contratada com um acerta pessoa jurídica. A responsabilidade técnica é de uma pessoa física – que pode ser sócia, empregada ou contratada pela empresa que participa da contratação para execução da obra ou serviço de engenharia.*

*Em síntese, a qualificação técnica operacional é um requisito referente à empresa que pretende executar a obra ou serviço licitados. Já a qualificação técnica profissional é requisito referente às pessoas físicas que prestam serviços à empresa licitante (ou contratada pela Administração Pública)." (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos – 13ª Ed. São Paulo: Dialética, 2009, p. 420-421).*

8. Reforçamos que a comissão de licitações está adstrita à análise da documentação para fins específicos do cumprimento dos requisitos do edital e de acordo com os parâmetros dispostos pela Lei 8.666/93, que rege as licitações e contratos da Administração Pública, não tendo autonomia para realizar julgamentos de mérito que ultrapassem o escopo da licitação.

9. Pelo exposto, passa-se a analisar individualmente cada uma das empresas, dando ênfase ao cumprimento dos incisos III (qualificação técnico-operacional) e IV (qualificação técnico-profissional) do subitem 6.1.4 do item 6.1:

**Construtora Vale Oeste Ltda.-EPP**

10. O SPP frisou que, embora a CAT apresentada pela empresa atenda às condições do edital, "(...) os serviços de lógica estão acervados sob responsabilidade de engenheiro civil, o qual não possui habilitação para a execução destes serviços (...)", de modo que sugere diligência para que seja apresentada ART destes serviços, recolhidas por profissional habilitado para este fim. Somente assim, poderia ser atestada a validade da CAT apresentada.

11. **Discordamos da unidade técnica no particular.** A CAT apresentada pela empresa para comprovar a qualificação técnico-operacional (inciso III) não guarda relação fática com a CAT apresentada para demonstrar que a empresa possui em seu quadro de pessoal ou contratará os serviços de responsáveis técnicos com expertise em obras com complexidade tecnológica operacional equivalente ou superior à ora pretendida.

12. Em outras palavras, o fato de a empresa já ter executado obra anterior, na qual um engenheiro civil responsabilizara-se por serviços para os quais não detinha habilitação profissional (serviços de lógica), não significa que a situação repetir-se-á na obra de construção da Vara do Trabalho de Palmas, mormente quando a própria unidade técnica reconhece o pleno cumprimento do inciso IV (qualificação técnico-profissional) do subitem 6.1.4 do edital, a saber, que profissionais com amplo "know-how" e devidamente habilitados prestarão os serviços na obra almejada por este Tribunal.

13. Assim, **reputamos válida a CAT apresentada em relação ao inciso III (qualificação técnico-operacional) do subitem 6.1.4 do instrumento convocatório**, de modo que consideramos **HABILITADA a empresa em questão**.

**EMPREMAC Serviços e Obras Ltda.**

14. Apresentada a mesma situação fática acima, reitera-se o posicionamento anteriormente adotado, razão pela qual **a comissão de licitação**, com base nos mesmos fundamentos expostos,



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

reputa válida a CAT apresentada em relação ao inciso III (qualificação técnico-operacional) do subitem 6.1.4 do instrumento convocatório.

15. Contudo, o SPP asseverou que não foi apresentada CAT referente aos serviços de instalações de cabeamento de lógica, recolhida sob a responsabilidade de profissional habilitado para a execução desses serviços, razão pela qual **se impõe a INABILITAÇÃO da empresa**, por não atendimento à alínea "c" do inciso IV (qualificação técnico-profissional) do subitem 6.1.4 do instrumento convocatório.

**PGC Engenharia de Obras-EPP, BC Construtora Ltda.-EPP, Construtora Saimor Ltda. e Tallento Construtora de Obras Ltda.**

16. Enquadradas na mesma hipótese fática anterior, a comissão de licitação, com base nos fundamentos já expostos, reputa válidas as respectivas CAT's apresentadas em relação ao inciso III (qualificação técnico-operacional) do subitem 6.1.4 do instrumento convocatório.

17. Entretanto, como não foi apresentada CAT referente aos serviços de instalações de cabeamento de lógica, recolhida sob a responsabilidade de profissional habilitado para a execução desses serviços, **impõe-se a INABILITAÇÃO das referidas empresas**, por não atendimento à alínea "c" do inciso IV (qualificação técnico-profissional) do subitem 6.1.4 do instrumento convocatório.

**Construtora Dinâmica Ltda.-EPP e Construtora Sudoeste**

18. Uma vez atendidos integralmente os incisos I a VI do subitem 6.1.4 do edital da Concorrência Pública CP n. 1/2015, dúvidas não há quanto à HABILITAÇÃO das referidas empresas.

**CONCLUSÃO**

19. Em suma, eis a relação das empresas habilitadas:

- Construtora Vale Oeste Ltda.-EPP;
- Construtora Dinâmica Ltda.-EPP;
- Construtora Sudoeste.

20. As demais foram inabilitadas pelos fundamentos acima.

21. É o relatório. Dê-se publicidade do resultado do presente julgamento, em cumprimento ao § 1º do artigo 109 da Lei n. 8.666/93.

  
**Daniel Ferreira de Souza**  
Presidente da Comissão de Licitações

  
**Amanda Cristina Faria Marzall**  
Membro da Comissão de Licitações

  
**Paulo Celso Gerva**  
Membro da Comissão de Licitações